

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 13 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo realizou o Mobiliza Política Nacional Aldir Blanc na Casa da Música Sônia Cabral, em Vitória. Estavam presentes representantes da região metropolitana da Grande Vitória, com o total de 25 participantes presenciais e 40 pessoas conectadas na transmissão online, através do YouTube da Secult ES, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala da Deputada Irini Lopes. Posteriormente, ocorreram as apresentações da Subsecretária de Fomento e Incentivo à Cultura Maria Thereza Bozi, Subsecretário de Gestão Administrativa Bruno Zagotto, Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas, da Subsecretária de Fomento Maria Thereza Bosi e finalizada pelo Secretário Fabricio Noronha, ambos representando a Secult.

O Secretário Fabricio Noronha e a Subsecretária Carolina Ruas fizeram a apresentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), abordando um breve histórico das políticas culturais a nível nacional, de 2016 a 2024. O ponto de vista do orçamento global - até 2027, bem como o valor destinado ao Estado e Municípios do Espírito Santo.

Também foi falado sobre as etapas básicas para execução dos recursos, as estratégias de ações a serem aplicadas no âmbito do Estado do Espírito Santo, o que inclui o Plano de Ação, a Elaboração do PAAR e a Execução nas diversas modalidades pactuadas.

Foi ressaltado a sobre a estruturação interna da Secult ES para a execução do processo, bem como os aspectos importantes a serem destacados, exigidos pela legislação da PNAB. E sobre as possíveis vias de implementação, que estão estabelecidas por eixos na Lei.

Foi abordado sobre as premissas que direcionarão a aplicação das políticas da Lei, como a conferência Estadual de Cultura, planejamento, audiências públicas, imersões de cultura, indicadores, dados e pesquisas, Plano Estadual de Cultura, entre outros.

As diretrizes gerais do novo paradigma das políticas culturais, que emergem dos mecanismos de contato com a sociedade civil, como o fortalecimento das dinâmicas coletivas e arranjos setoriais territoriais, ações estruturantes, complementares e continuadas, diversificar e descentralizar os mecanismos, investir em formação profissional, capacitação técnica e formação de agentes culturais, e fortalecimento das infraestruturas da cultura e dos espaços culturais.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Na sequência a Gestora de Cultura Thais Solto apresentou a Política Nacional Cultura Viva (PNCV), que possui 20 anos, e sua legislação 10 anos. A Lei estabelece % mínimo de aplicação dos recursos para a retomada da política Cultura Viva.

Foi falado sobre as estratégias de escutas, como a consulta pública online, a Comissão de Monitoramento Estadual, os Gabinetes Itinerantes, a articulação rede Cultura Viva com os pontos de cultura, e articulação e mobilização com os gestores através do Forcult-ES.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Daniela, da área de literatura e incentivo à leitura perguntou se o plano de adesão será o mesmo feito anteriormente? Foi respondido que serão ações subsequentes.

Fabiola Melca, da área de artes visuais, perguntou se existe alguma proposta para pensar em pluralidade, dos municípios rurais especificamente? Foi respondido que a política possui os princípios de base comunitária, mas neste momento é hora de pensar nas estratégias, nas boas práticas que dialoguem com a questão do campo, projetos e ações interligados com a sustentabilidade e cultura, e isso é importante aparecer nas escutas e audiências públicas.

Luis Cláudio, do Instituto Move, em Vila Velha, perguntou se todos os municípios do Estado aderiram a lei e quando serão publicados os editais de fomento? Foi respondido que sim, e que em relação aos editais de fomento, depende do município, mas possivelmente em vários momentos serão publicados mecanismos de acesso aos recursos da PNAB. As modalidades serão lançadas o tempo todo. Então é importante que os agentes culturais estruturarem a carteira de projetos, a equipe, o portfólio, pois o processo é tendencioso a ser abundante, com vários editais sendo lançados simultaneamente. Quem faz cultura cotidianamente precisa se organizar.

Sandro Moqueca, perguntou se existe possibilidade de algum arranjo que contemplem pessoas em situações de rua e/ou se pode conter propostas para essa realidade? Foi respondido que sim, é importante pensar em propostas deste cunho, pois trata-se de um tema muito relevante. Inclusive tem muitos exemplos a nível nacional sobre esse universo e está super dentro do espírito da Política.

Vagner, de Joao Neiva. Declarou que estão mobilizando as prefeituras para o PAAR, mas se eles não utilizarem o recurso, há alguma punição? Também há a mobilização das prefeituras menores em relação aos Ponto de Cultura, mas como será feita essa fiscalização? O Estado vai pensar nos municípios pequenos sobre a mobilização dos Pontos de Cultura? Foi respondido que é importante os municípios seguirem as orientações com a equipe da Secult e do MinC. O Estado

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
CULTURA E IDENTIDADE

seguirá o programa da Secretaria e Cidadania de Diversidade Cultural que já toca o Cultura Viva, mas possivelmente terá o Termo de Colaboração Cultural - TCC, Editais de Cultura, entre outros. Neste momento é importante que os Pontos de Cultura pensem no que deu certo e o que não deu e apresente à Secult para que seja aplicado o que foi efetivo a partir das necessidades apresentadas. E no encontro específico com a rede, será importante abordar essas questões.

Nico Dias, perguntou onde serão alocados os projetos de geração de renda e economia criativa na PNAB? Foi respondido que serão alocados em todos os lugares. Todas as ações que a Secult pensa é visando a Economia Criativa. Então poderão ser lançados instrumentos de capacitação e formação que servirão de base para gerar um empreendedor cultural, por exemplo. É importante pensar em ações que dialoguem com os territórios, pois em todo território existe um ecossistema que retroalimentará o sistema.

Jânio, de Linhares, perguntou se o município de Linhares pode unir os recursos do Fundo a Fundo com a PNAB? Foi respondido que possivelmente sim, mas é uma questão que precisa ser amadurecida, pois envolve a dinâmica local do município. Mas se a pergunta fosse direcionada à Secult, a resposta seria sim.

Uma pessoa não identificada perguntou quando o município só tem um ponto de cultura como é possível fazer a divisão de distribuição dos prêmios? Foi respondido que a Política Nacional Cultura Viva reconhece a atuação dos coletivos, ONGs, instituições que atuam na base. E sabe-se que muitos já atuam, mas que ainda não foram reconhecidos. Então este é o momento de reconhecer. É o momento de garantir o vínculo, de integrar com outras políticas, retomar a dinâmica da Política Nacional Cultura Viva. É uma transformação da forma como as gestões públicas entendiam o fazer cultural, reconhecendo quem tem essa formação na base.

Outra pessoa não identificada perguntou se o MinC já passou a relação de todos os Pontos de Cultura para a Secult ou o Estado vai fazer uma certificação própria? A resposta foi que isso está sendo construído com o MinC, encontros específicos do Circula MinC, por exemplo, já estão sendo dialogados sobre essas definições mais consolidadas, pois é algo que ainda não foi definido.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a audiência pública foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Fotos: Comunicação Secult ES



## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 14 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo iniciou o ciclo de realizações da 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, sendo o município de Cachoeiro de Itapemirim o primeiro a receber a edição. Estavam presentes representantes dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy, Vargem Alta, Anchieta, Rio Novo do Sul, Alegre, Mimoso do Sul e Bom Jesus do Norte, com o total de 30 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala da Secretária Municipal de Cultura de Cachoeiro de Itapemirim, Fernanda Merchid, seguida por Lucimar Costa, representando o ForCult, nesta ocasião. Posteriormente, ocorreram as apresentações da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas e da Gestora de Cultura Thais Solto, ambas representando a Secult.

A Subsecretária Carolina Ruas fez a apresentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a Gestora Thais Souto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

O Geovane, de Cachoeiro de Itapemirim, perguntou em relação a Política Nacional Cultura Viva. Sobre a comprovação da atividade do Ponto de Cultura, será exigido o período de dois anos? Quem já possui a certificação como Ponto de Cultura precisa comprovar novamente? E os Editais serão destinados somente para quem já possui a certificação como Ponto de Cultura? Foi respondido que, apesar de pouca orientação, o MinC já declarou que será necessário comprovar os dois anos de atuação no território, apresentando registro e uma lista com a relação dos participantes do coletivo Ponto de Cultura. Já em relação aos certificados, para quem já possui, não será necessário comprovar novamente, e os próximos editais não serão somente para os já certificados, estes editais não serão exclusivos, visando a ampliação da rede de Pontos de Cultura.

Lídia, de Rio Novo do Sul, perguntou sobre a necessidade de ter informado no Plano de Ação o interesse em aplicar recursos da PNAB para o Cultura Viva. Pois, como não era uma obrigatoriedade do município, não foi informado, mas na região de Rio Novo do Sul existem grupos fortes, principalmente nas regiões rurais, então hoje há interesse do município em destinar recurso para a PNCV. A resposta foi que, embora fosse necessário, isso não é um impeditivo, e neste momento de elaboração do PAAR é possível destinar parte do recurso para a PNCV.

Ruy, de Marataízes, informou que o município optou por não aplicar recurso na Política Nacional Cultura Viva, visto que não era item obrigatório para o município. Foi aplicado o formulário de escuta pública, com boa adesão. E estão realizando as escutas públicas, por seguimento. Declarou ainda que existem algumas entidades no município que já trabalham com a Política Nacional Cultura Viva em Marataízes, e a dúvida é de onde o município deve transferir o valor para aplicar na PNCV? Também perguntou se essas entidades podem participar mesmo sem certificação como Ponto de Cultura ou se seria mais viável participar, como entidades, através de outros mecanismos? Foi esclarecido que essas entidades podem ser contempladas por diversos mecanismos de fomento e, se desejarem se enquadrar como Ponto de Cultura, devem se certificar, para serem reconhecidos a nível nacional como Ponto de Cultura. Obras e subsídios aos espaços culturais não estão vinculados ao Cultura Viva. E em relação ao valor destinado, pode retirar uma porcentagem de algumas destinações previstas, e aplicar ao Cultura Viva.

Um participante não identificado perguntou sobre a possibilidade de destinar valores para a reforma de um espaço público cultural, com a sugestão e aval de entidades, para que seja utilizado por eles, é possível? A resposta foi afirmativa, visto que a lei não veda essa destinação.

Luciano Costa, de Cachoeiro de Itapemirim, perguntou se o município ao criar um edital para aquisição de acervos, pode ser destinado somente para a aquisição de acervos de artistas locais ou pode ser de uma editora de fora, a fim de beneficiar a biblioteca local? A resposta foi que não há vedação, mas há alguns cuidados, pois depende do que o município deseja, devendo se atentar à legislação e à necessidade da comunidade local. Se for para difundir a produção locais é importante manter a aquisição de acervos locais, mas também tem a necessidade de renovar a biblioteca com acervos de artistas de fora. É importante que a comunidade tenha acesso a determinados bens culturais de fora. Por isso, é importante a escuta pública.

Maria Fernanda, de Anchieta, perguntou se na execução da PNAB pela Secult há recursos direcionados aos municípios para equipamentos públicos culturais, visto que como o recurso é pequeno foi decidido priorizar outras demandas, mas há o desejo de manutenção dos espaços, como aquisição de equipamentos, montagem, reforma, de biblioteca, teatro entre outros. Foi respondido que a ideia é ter uma linha de fomento para espaços culturais, como o CEU da Cultura, principalmente em territórios de vulnerabilidade social. Serão implementados pelo Estado do Espírito Santo 6 equipamentos CEU da Cultura. Na Lei Paulo Gustavo foi destinado recursos para os espaços independentes, pois é importante também atender a toda a sociedade. E as discussões sobre destinar parte da PNAB para esses espaços estão em andamento.

Luciano Costa, de Cachoeiro de Itapemirim, perguntou se os novos CEUs da Cultura seriam paralelos ou separados dos antigos? Visto que os novos parecem mais simples de gerir, e os anteriores são mais complexos, com processos subdivididos em muitas partes, dificultando a realização das atividades. A resposta foi que ainda não se tem a informação de como o MinC lidará com os CEUs já implementados. O projeto atual é de espaços modulares, arquitetura simplificada. A ideia é que tenha uma programação que unifique, cultura, esporte, lazer. Então com sala multilaser, cineclube, cinema. Mas já conversas, por parte do MinC, para identificar se é melhor destinar parte da PNAB para esses espaços já existentes. No Estado do Espírito Santo já planejamos o Mov CEU, serão três bibliotecas móveis, que circularão por todo Estado.

Ruy de Marataízes perguntou se os novos CEUs seriam pelo PAC, pois o município de Marataízes participou nos anos anteriores, então seria necessário sair o novo? E se é possível e que o estado destine recursos à reforma? A resposta foi afirmativa, mas ainda não foi definido como será aplicado.

Geovane, de Cachoeiro de Itapemirim, perguntou sobre o recorte dos 20% da PNAB destinados às áreas urbanas e periféricas, e como funcionará esse recorte para os povos tradicionais? Foi respondido que os editais da PNCV, já serão padronizados pelo MinC, e que estes definirão o recorte, mas dessa obrigatoriedade dos 20%, é que as ações sejam destinadas em áreas de territórios, terreiros, então desregionalização, entendendo que são pessoas que se encontram em áreas periféricas. Os municípios precisam saber o que será mais efetivo para o território, sendo necessário adotar mecanismos para garantir a regionalização, como cotas, igualdade para todos os territórios.

Andreia, de Mimoso do Sul, relatou sobre o movimento do município após a tragédia ocorrida, foram perdidos muitos espaços culturais, e com a ajuda de municípios adjacentes, como Cachoeiro de Itapemirim, estão ocorrendo a limpeza de alguns desses espaços. As estradas estão retomando aos poucos, a escola de música também, mesmo com certa dificuldade, temos a presença dos alunos. Com o decreto de calamidade, a cidade não pode realizar eventos, então afim de beneficiar a classe artística, os músicos da região, o município planeja alguma ação para eles. E apesar de ter disso declarado que o município precisa de ajuda para a aplicação da PNAB, eles já realizaram duas escutas públicas, resultando em propostas de retomada das aulas instrumentais, destinação de recursos para que as entidades acessem os editais. Também foi dito que através da LICC conseguiram reativar o carnaval cultural, e que estão na expectativa de algum edital estadual direcionando para os municípios do Espírito Santo. Foi respondido que o Governo do Estado se coloca à disposição, principalmente neste momento de retomada da Escola de Música, e de toda estrutura, e que talvez seja momento oportuno do município discutir com a sociedade a reorganização da cidade através da cultura.

Outro participante não identificado perguntou se os editais da prefeitura exigirão a presença de pareceristas. Foi respondido que é uma decisão de boas práticas incluir pareceristas externos, mas depende da decisão interna de cada prefeitura, no sentido de escolher o que seja melhor ao município.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a reunião foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes.



Fotos: Comunicação Secult



## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 15 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo deu seguimento ao ciclo de realizações do 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, no município de Guaçuí, contemplando a região do Caparaó. Estavam presentes representantes dos municípios de Guaçuí, Patrimônio da Penha, Ibitirama, Dolores do Rio Preto, Divino São Lourenço, Muniz Freire, Alegre e Jerônimo Monteiro, com o total de 23 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala do Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte de Guaçuí, João Proveti, seguido por Carlos Ola, representando o Conselho Estadual de Cultura, nesta ocasião. Posteriormente, ocorreram as apresentações da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas e da Gestora de Cultura Thais Solto, ambas representando a Secult.

A Subsecretária Carolina Ruas fez a apresentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a Gestora Thais Souto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Carlos Ola, de Guaçuí, questionou sobre o Plano de Ação enviado em dezembro, pois ao preencher a plataforma, o município foi obrigado a destinar a porcentagem a PNCV mesmo não sendo obrigatório, então perguntou se poderá redistribuir o valor dos custos operacionais no ato de formulação do PAAR? Também disse que o município de Guaçuí realizou a escuta, e foi importante ouvir a sociedade civil. Foi respondido que as alterações são possíveis, desde que justificadas e com respaldo mediante as escutas públicas realizadas, conforme a realidade atual do município. Desde que os 20% destinados às regiões periféricas e comunidades tradicionais sejam mantidos, podendo aparecer de diversas formas, e com equivalência orçamentária. Os municípios obrigados a destinar 25% à Política Nacional Cultura Viva devem cumprir essa exigência, mas aqueles que não têm essa obrigatoriedade podem optar por realizá-la. Para a Secult é interessante que haja destinação ao Cultura Viva, mas que

seja uma articulação que tenha executabilidade. É importante pensar no que já existe no município de Ponto de Cultura, e nos territórios, fortalecendo o processo de articulação e rearticulação.

Igor, também de Guaçuí, perguntou sobre a possibilidade de futuramente os recursos destinados aos municípios não serem baseados na população, pois municípios menores com menos população podem ter mais atividades culturais, do que municípios maiores. Foi respondido que a lei federal utiliza a população como parâmetro de distribuição para garantir acesso à cultura à população local, e não é necessariamente para beneficiar os artistas. É uma ideia de direito universal que se busca alcançar. Essa política municipalista está sendo testada a médio e longo prazo, e novas discussões sobre métodos de aplicação podem ocorrer em cinco anos.

Aline Almeida, de Patrimônio da Penha, com seu retorno recente à região, perguntou como pressionar as autoridades políticas para que o secretário de cultura seja escolhido a partir da sua dedicação no campo da cultura, criticando a nomeação de familiares de prefeitos sem capacidade técnica, o que torna um ambiente difícil, pois as pessoas colocadas não detêm de capacidade técnica para executar e fazer o que tem que ser feito. Foi respondido que não há uma forma para lidar com a política, mas a articulação política é mais efetiva durante períodos eleitorais. É necessário que os gestores culturais devem se envolvam nas atividades para se informar, pois ter um recurso e não conseguir executar não é bom para uma gestão. Então entendendo cada vez mais este processo e quais os benefícios que elas trazem, a cultura como um serviço público, que tem impacto direto na vida das pessoas, da população rural, das evasões escolares. Pequenas mudanças já são visíveis em alguns municípios, e é importante ter alguém com conhecimento ou disposição para executar as funções.

Isabel, agricultora de Guaçuí, lamentou que apesar da cultura é direito universal, os bairros pobres de Guaçuí não têm acesso à cultura. É um sonho inserir jovens em projetos culturais e educacionais, pois só por este caminho é que os jovens terão um futuro melhor. E pensar a cultura como direito universal é pensar nessas pessoas pobres. Carlos Ola, representante forte da Cultura de Guaçuí, respondeu, destacando que enquanto representante do Conselho Municipal, Estadual e Nacional de Cultura, ele declara que os bairros de São Pedro e São Tiago foram ricos em questões culturais, com apresentações escolares, que hoje deixaram de ser um Ponto Cultural. Hoje, enquanto Ponto de Cultura, Grupo Teatral “Gota, Pó e Poeira”, levou a essas escolas peças teatrais, porém de 2016 até este ano, não tinha mais editais de Pontos de cultura, além dos editais oferecidos pela Secult, então não era possível acessar esses locais enquanto Ponto de Cultura. Mas na escuta, foi discutido sobre a articulação de ida a esses bairros. E agora com a obrigatoriedade dos 20% em comunidades periféricas, talvez isso seja um caminho. O Grupo Teatral “Gota, Pó e Poeira”, através dos editais da Secult, foi até as periferias. Mas é preciso que as secretarias municipais também façam esse tipo de ação. Enquanto Ponto de Cultura o grupo teatral recebe muitas crianças de periferias para participarem das oficinas, que serão estendidas dezembro de 2024, e inicialmente seriam somente 3 meses.

Para se manter, é uma despesa muito alta, e ainda como contrapartida temos que oferecer oficinas, então como se manter?

Paulo, juntamente com sua equipe, representando o município de Jeronimo Monteiro, declarou ser novo Secretário Municipal de Cultura, e se colocou à disposição para articular e ajudar.

Thiago, juntamente com sua equipe, representando o município de Muniz Freire, fez agradecimentos à Secult, disse de sua participação na 4ª CNC, e convidou a todos para acessarem a plataforma Ame Cultura, destinada a formações coletivas, sobre a PNCV e o Sistema Nacional de Cultura. Além disso, perguntou sobre a possibilidade de usar os 5% destinados aos custos operacionais para promover a busca ativa na comunidade afim de divulgar sobre a PNAB. Foi respondido que esses recursos podem ser usados para contratar equipe e fazer busca ativa conforme a necessidade regional.

Thabita e Luciene, representantes de Alegre, perguntaram se é possível redistribuir o valor dos 5% destinados aos custos operacionais, e destinar para ações do município, pois com as chuvas em Alegre tem que reestruturar a cidade, como por exemplo reformar o Teatro. E como estes processos de contratação de pessoal dependem do setor de compras da prefeitura, é possível que não seja dada a atenção necessária. Em resposta, foi declarado a possibilidade de aplicação desses recursos em reformas, mas desde que pactuado com a comunidade, visto que obras consomem um orçamento maior, então ser for prioridade para a comunidade não há problema. Visto que se trata de recursos a ser recebido durante 5 anos, é um momento de realizar um planejamento a longo prazo. Sugere-se a utilização de parte para iniciar a obra, para comprar equipamento, por exemplo. Por isso é preciso realizar a gestão do valor para que seja bem distribuído. Já em relação aos 5% destinados aos custos operacionais, é um benefício para o gestor, para quem não tem equipe suficiente para executar a lei, mas se o município não precisar, ele pode ser executado para outras questões da lei.

Liniker, Secretário Municipal de Cultura de Muniz Freire, está apreendendo sobre as políticas nacionais, mas já se coloca à disposição para ajudar e contribuir com os demais municípios.

Josiane, de Dores do Rio Preto, agradeceu o apoio da Secult na aplicação e execução das leis. E destacou a necessidade em relação aos recursos humanos escassos para a cultura, principalmente aos municípios menores. Ressaltou que os representantes municipais não valorizam a cultura, sempre à colocando a margem. Por isso entende ser importante o fortalecimento de leis como o Fundo a Fundo, Lei Aldir Blanc 1, a Lei Paulo Gustavo, e agora a PNAB. Deste modo, conta com o apoio da Secult para executar a Política com mais eficiência, declarando que o município é muito carente de cultura, os jovens locais direcionam seus esforços a outras atividades, por não ter nada de cunho cultural sendo oferecido pelo município, por isso fomentar a cultura é fundamental.

Ana, de Ibitirama, mencionou a escassez de mão de obra na secretaria de cultura e pediu ajuda para fomentar a cultura local.

Alex, da sociedade civil de Guaçuí, destacou que presta consultoria para cadastramento no mapa cultural, pois encara a cultura como uma bolha de difícil acesso. Identifica que os fazedores de cultura se enxergam como inimigos e não como parceiros, então deseja ajudar. Sempre está presente nesses encontros para aprender, e posteriormente transmitir a informação aos demais fazedores culturais. Identificou que há pouca participação da sociedade civil nesses eventos, mas não sabe se é por falta de acesso a informação ou desinteresse.

Tiago Raft, de Divino São Lourenço, perguntou sobre a existência de um guia para elaboração do Plano Municipal de Cultura. Foi informado que não há um guia atualmente, mas que é possível que ainda neste semestre o MinC divulgue cartilhas de orientação. Mas no ponto de vista conceitual, é preciso reunir a sociedade civil e começar a discutir sobre as prioridades. A comunidade diz quais são as prioridades dos próximos 5 anos, e a partir disso, o gestor elenca as metas para os próximos anos, pensa no planejamento para execução ao longo daquele período.

Luciene, de Alegre, perguntou sobre a contratação de pareceristas. O pareceristas tem que ser da iniciativa pública, ou tem que ser contratado. E é preciso que tenha formação? Citou questionamentos feitos por parte dos fazedores culturais, pois eles acham que os curadores de fora não saberão escolher os projetos conforme a necessidade do município. Foi recomendado que se contratem pareceristas para garantir transparência e qualificação ao processo. Tem que ter um critério técnico para contratar. Os avaliadores por muito tempo eram indicados por notório saber, por ter uma trajetória comprovada, reconhecida, por sua atuação na área da cultura. Um exemplo são os próprios mestres da cultura popular, eles não possuem formação, mas eles detêm conhecimento na área cultural. É uma decisão da gestão. Quando o gestor qualifica o processo, além de remunerar os avaliadores, é feito uma qualificação do trabalho do pareceristas, há um rigor técnico na avaliação. E dá um recado para a comunidade de que se trata de um processo profissional. O pareceristas de fazedor de cultura também é um formador de cultura. Carlos Ola também contribuiu com a resposta destacando que a Secult possui um edital de pareceristas que, apesar das reclamações da classe artística, promove a impessoalidade na avaliação. Mencionou ainda sua experiência como parecerista em Muniz Freire, onde avaliou os projetos sem considerar as pessoas envolvidas.

Thiago, de Muniz Freire, mencionou que o município não tem obrigatoriedade de aplicar a Política Nacional a Cultura Viva, mas irão começar a construir e divulgar, pois só tiveram conhecimento na 4ª CNC. E em relação a pareceristas, nos editais da Lei Paulo Gustavo o município recebeu 25 projetos inscritos. A partir disso, qual valor o município pode pagar a um parecerista? E dentro deste valor até quantos projetos ele poderia receber para avaliar? Pode contratar um parecerista e colocar todos os projetos para ele avaliar ou deve-se contratar quantos pareceristas por projeto? Foi respondido que a Secult possui uma portaria regulamentando, e através de um edital é selecionado profissionais em diversas áreas, formando um banco de registro. O ideal é que a pessoa que faça a seleção tenha conhecimento em todas as áreas necessárias dos projetos a serem julgados. Em relação a quantidade vai conforme a

razoabilidade do município. Na Secult por ser Comissão, ele já avalia e emite a decisão final, e os valores variam.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a reunião foi encerrada, com a expectativa de continuidade dos esforços para fomentar a cultura nos municípios presentes.



Fotos: Comunicação Secult ES

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 17 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo deu seguimento ao ciclo de realizações do 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, no município de Afonso Cláudio, contemplando a região Serrana. Estavam presentes representantes dos municípios de Afonso Claudio, Venda Nova do Imigrante e Conceição do Castelo, com o total de 34 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala do Secretário Municipal de Cultura de Afonso Cláudio Paulo Falqueto. Posteriormente, ocorreram as apresentações da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas, da Subsecretária de Fomento Maria Thereza Bosi e da Gestora de Cultura Thais Solto, ambas representando a Secult.

A Subsecretária Carolina Ruas fez a apresentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a Gestora Thais Souto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Mariana, de Afonso Cláudio, perguntou se ainda existe a possibilidade de fazer o cadastro de Ponto de Cultura? E a certificação pode ocorrer por via municipal? Foi respondido que ainda se aguarda a instrução normativa do MinC sobre o cadastro. Mas sabe-se que serão solicitados documentos como a comprovação de pelo menos dois anos de atividade, registros fotográficos, matérias, registro de atividades, lista dos membros, entre outros. Quanto a solicitação da certificação, pode ser realizada pelo site do MinC, mas está sendo um processo demorado, porém é um tempo que o Ministério precisa. Sobre a certificação municipal ainda não há previsão, mas está sendo estudado.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Wila, de Afonso Cláudio, perguntou se a certificação para Ponto de Cultura está vinculada a execução de atividades? Foi respondido que não precisa especificamente estar vinculada a uma atividade, mas tem que estar ofertando algo para a sociedade.

Paulo, do município de Afonso Claudio, declarou que participaram das lives do MinC, estudaram todo o material, as cartilhas. Nas audiências públicas e pesquisas locais houve muita adesão. E para preencher o PAAR foi muito tranquilo, as informações estavam acessíveis, e o MinC também. A surpresa foi a pauta da coletividade, hoje a nova visão dos fazedores de cultura é a coletividade. Foi deixado como contribuição à Secult que haja sequência nos coletivos e espaços culturais. Muitos municípios estão perdendo os espaços por falta de uso. O estado precisa incentivar o uso dos espaços culturais com uma programação regular.

Uma pessoa não identificada, do município de Conceição do Castelo, declarou que ainda estão começando a desenvolver o PAAR. Foram feitas reuniões com a equipe do planejamento, mas ainda não fizeram as escutas. Como a equipe é nova, ainda estão buscando as informações para preencher o PAAR.

A partir desta ocasião, foi realizado um momento para a sociedade civil, especificamente para o Grupo de Folia de Reis de Afonso Cláudio, e o representante do Instituto Cultural das Montanhas. A Subsecretária Carol Ruas reforçou a explicação da PNAB, em sequência a Subsecretária Maria Thereza Bosi falou sobre os editais da Secult que encontram-se vigentes, e sobre como os recursos podem ser destinados.

Este ano o grupo Folia de Reis de Afonso Claudio faz 100 anos. Atualmente o grupo conta com o Mestre Francisco e mais 21 componentes, idosos em sua maioria, e possuem dificuldade de contar com a participação dos jovens, por falta de interesse. Eles compartilharam sobre a participação em festivais em todo Estado do Espírito Santo.

Eles declararam desejo de realizar uma festa em comemoração aos 100 anos, comprar paramentos novos como uniformes e instrumentos, e ensinar crianças e jovens para despertar o desejo de participarem do grupo.

O Secretário de Cultura de Afonso Cláudio, os incentivou a participarem dos editais a nível municipal e estadual, afim de realizarem as festas e celebrações.

Foi reforçado a importância de regularizar o grupo para acessarem as políticas culturais.

Foi sugerido também que tenha uma pessoa, um ponto focal, para organizar a parte burocrática, se escrever nos editais, para acessarem os recursos financeiros.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Então foi sugerido que a associação faça a captação de recurso para os paramentos pelo município e para a festa de 100 anos pelo estado. Podendo propor projetos como: Festa dos 100 anos; Renovação da vestimenta; e Formação de folia mirim para crianças nas escolas.

O grupo sugeriu à Secult e ao município a formação de mestres de Folia de Reis, em vários municípios do Espírito Santo, pois eles não têm condições financeiras de promover esta ação.

O grupo também ressaltou a importância de se formar a banda mirim, pois o mais novo do grupo tem 50 anos, e só tem uma criança no grupo e ele fica muito sozinho. Por isso precisa ter a formação da banda mirim. E em Afonso Claudio seria ótimo, por ser um município com alto índice de crianças. Apesar das crianças se simpatizarem mais com o congo, não seria difícil formar uma banda mirim.

Marcelo Coutinho, representante do Instituto Cultural das Montanhas, declarou que 120 crianças estão aprendendo a tocar instrumentos musicais através do instituto, e que além disso eles contam com a distribuição de bolsas para escola agrícola, cineclube, coral, distribuição de cesta básica, coro jovem, aula de canto e coral. E alguns desses recursos são através da LICC, como por exemplo a bolsa para a escola agrícola, onde os alunos se apresentam em um asilo em Afonso Claudio, como também no apoio ao documentário de Afonso Claudio. Marcelo se coloca à disposição para fazer um projeto para o Grupo Folia de Reis. Declarou ainda que a sede está em Afonso Cláudio, e que eles trabalham com ação formativa para crianças, adolescentes e adultos. Marcelo ainda sugeriu que a Secult e o município pensassem em ações que tenham continuidade, como Editais de promoção de Espaços Culturais.

A Thais explicou brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, falando sobre a possibilidade do grupo de Folia de Reis se tornarem um ponto de Cultura para facilitar o reconhecimento, e o Instituto das Montanhas se tornar um Pontão.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a reunião foi encerrada, com a expectativa de continuidade dos esforços para fomentar a cultura nos municípios presentes.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
CULTURA E PATRIMÔNIO



Fotos: Comunicação Secult ES

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 20 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo deu seguimento ao ciclo de realizações do 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, no município de Conceição da Barra, contemplando a região Norte. Estavam presentes representantes dos municípios de Conceição da Barra, Montanha, Jaguaré, Águia Branca, Pedro Canário e Ponto Belo, com o total de 38 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala do Secretário Municipal de Cultura de Conceição da Barra Adilson Vasconcelos. Posteriormente, ocorreram as apresentações do Secretário de Estado da Cultura Fabrício Noronha, Subsecretária Maria Thereza Bosi e da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas, ambos representando a Secult.

O Secretário Fabrício Noronha e a Subsecretária Carolina Ruas fizeram a apresentação sobre a Política Nacional Aldir Blanc, iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a Gestora Thais Souto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva, iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Cristiane Teixeira, de Conceição da Barra, declarou que entende-se que a distribuição dos recursos seja definida pelo número de habitantes, mas em Conceição da Barra concentra um alto número de fazedores de cultura. E isso é uma questão que sempre levantada, pois é desejo contemplar mais agentes culturais, porém não é possível. Então perguntou se não tem algo que possa ser feito para mudar essa realidade? Foi respondido que não foi discutido em âmbito nacional, foi uma consequência do que foi realizada anteriormente. É algo que pode ser discutido em âmbito nacional, porém a longo prazo, tendo em vista a

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



aplicabilidade e operacionalização da lei. É um debate complexo, mas que será considerado.

Rafael, de Conceição da Barra, perguntou em relação ao setor de eventos, em como a PNAB fortalecerá e ampliará os horizontes no Espírito Santo. As festas de São Benedito e São Sebastião, cresceram de forma exponencial e os editais existentes já não comportam mais. Hoje são 26 grupos associados, e há essa preocupação. Até o momento não se tem um direcionamento em como captar recursos para realizar tais festas. A festa deste ano, por exemplo, não houve contemplação, mas para que a festa acontecesse, foi captado recurso via empresa Suzano. Foi respondido que trata-se de um horizonte dentro do escopo da PNAB. Tendo em vista que a festa ganhou um escopo maior, é necessário buscar recursos mais amplos, como a LICC, pois dentro do Funcultura os valores são pequenos para uma festividade grande. Muitas vezes tratam-se de grandes projetos concorrendo entre si, e causa uma certa angústia na administração pública por não conseguir contemplar a todos. Então a LICC tem sido uma saída, pois através dela, as empresas locais aportam os recursos e conseguem financiar os projetos. E não é um sistema de concorrência, mas é uma habilitação do projeto. E outro caminho seriam as políticas dos editais de Patrimônio Vivo. As festas são casos de sucesso ascendente, então é importante se estruturar, através de uma associação, por exemplo. Mas também é preciso mecanismos para quem está começando. E para os representantes de grupos e associações que queiram utilizar recursos da LICC para 2025, é preciso começar a se inscrever, pois as inscrições serão até 30/11.

Cristiane Teixeira, de Conceição da Barra, declarou que luta muito para que o artesanato seja inserido na cultura. E quando se fala em minorias, como estes grupos são fortes em Conceição da Barra, sempre um grupo folclórico tem maior pontuação em relação a outros. Então gostaria de saber se na PNAB podem ser elaborados editais específicos? Declarou ter um sentimento de que essas ações prejudicam os outros grupos que não se enquadram nos grupos folclóricos, por isso a sugestão de se criar editais específicos. A mesma ainda disse que desde que a atual gestão está na Secult, são agradecidos por terem sido contemplados em alguns editais, como o de criação do Ponto de Memória para o artesanato, possuindo a certificação. Atualmente questionam a ausência da flexibilidade no edital de locomoção, pois a Secult exige a comprovação de participação no evento e muitas vezes isso só chega com pouca antecedência. Em resposta, a Secult declarou que ações afirmativas tratam-se de abrir mão de algum mecanismo e afirmar o direito de alguma população que sofreu ao longo dos anos, são mecanismos para corrigir a desigualdade da sociedade, e isso pode ser realizado através de política de cotas, editais específicos para os grupos. Então é possível pensar em editais específicos. Mas também é preciso que a administração pública entenda quais são os desafios do artesanato? O que precisam? Como se organizam? O que seria interessante aplicar para a classe? Pois as vezes a administração pública acredita que estejam atendendo, por não

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA CULTURA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIDADE E SEGURANÇA NACIONAL

receber nenhuma manifestação contra ao que está sendo realizado. Já em relação edital Circulação, existe um fluxo contínuo, e o mínimo de prazo que a Secult precisa hoje é de a confirmação seja feita até 25 dias antes do evento.

Marcelo, de Montanha, declarou que ao arquitetar a Lei Paulo Gustavo no interior é um esforço para articular as pessoas, pois sabe-se da dificuldade em relação ao volume de trabalho. Então foi criado um coletivo entre os municípios vizinhos para conseguir entregar os planos. E hoje o cenário não mudou, o município está tentando articular direto com os agentes culturais, e há um gargalo enorme por falta de pessoal. Mas é preciso mobilizar para que as coisas aconteçam. O mesmo perguntou de qual forma a Secult consegue articular em relação ao exposto, pois ele é um prestador de serviço e não pode fazer parte do Fórum de Secretários, por exemplo. E há uma certa dificuldade dos gestores não se articularem e participarem das audiências e conversas, resultando em um prejuízo para as cidades do interior. Ele acredita que se os agentes culturais e a Secult não se atentar a tais questões, há risco de os municípios perderem os prazos.

Nete, de Ponto Belo, declarou que o Marcelo é seu braço direito, pois começaram agora a atuar na gestão cultural. Disse ainda que a preocupação é com a mudança do próximo ano, pois pode ocorrer mudanças na administração municipal, e precisarão recomeçar. Em resposta a Secult disse que com o recurso contínuo, haverá facilidade na gestão, e a dar continuidade nos processos.

Aline, de Conceição da Barra, declarou que mora no município a 3 anos, e ao residir na cidade teve o interesse em migrar para o setor cultural. Atualmente tem dois projetos contemplados através da Lei Paulo Gustavo, pela Secult, mas nos editais municipais ela não foi contemplada. Ela disse ter um sentimento de que a gestão municipal quer abraçar os grupos folclóricos, mas com isso, acabam deixando uma grande lacuna entre estes grupos e os demais fazedores culturais. Disse ainda que as pessoas que mais carecem dessa ajuda têm muita dificuldade para preencher a plataforma, pois em muitos casos tratam-se de pessoas semianalfabetas, o que abre a possibilidade a oportunistas. Por isso sugere que, mesmo que em Conceição da Barra não seja obrigado a implementar a Política Cultura Viva, talvez seria mais justo, ser designado pessoas para atender a esses grupos folclóricos, por ser um processo mais fácil para eles por esta via, abrindo oportunidade aos demais fazedores de cultura serem contemplados através dos recursos da PNAB. Em resposta a Secult disse que as ações afirmativas são realizadas pelos municípios conforme a realidade local, tratando-se de um olhar de demanda. Na Secult é feito um estudo intenso desse olhar de demanda, utilizando como base, por exemplo, as inscrições recebidas no Mapa Cultural. Sempre haverá disputa, mas é uma questão importante para que os municípios considerem. A Secult, por exemplo, tinha a demanda com o Circo, então foi criado um selo para Circo de Lona, uma espécie Certificação do Circo, para essas famílias tradicionais do Circo, resultando em

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



um avanço nesse processo. Por isso é fundamental olhar para as especificidades locais. Às vezes, alguns grupos não recebem os recursos, pois não se tratam de recursos ilimitados, mas com essa política continuada dá para se planejar de forma mais eficiente. Mas é preciso entender que não é só um edital que vai conseguir atender a todos. É importante entender e atender a todos.

Marcelo, de Montanha, pensando na Lei Paulo Gustavo, que trouxe uma linguagem acessível, ele sugeriu a utilização dos 5% destinados aos custos operacionais, realizar a formação e capacitação de gestores municipais e fazedores culturais para elaborarem suas propostas e preencherem-nas no Mapa Cultural.

Delsa, da Comunidade Quilombola de São Domingos, em Conceição da Barra e da Associação de Mulheres Remanescentes de Quilombos, pergunta em relação aos editais para povos tradicionais, pois gostaria que as informações chegassem ao Quilombo. Apesar de já ter sido contemplada pela Secult, sente falta de que a comunicação se estenda ao povo do Quilombo, pois a maioria das pessoas não conhecem a Secult e suas ações. Então sugeriu que a Secult faça mais ações nos Quilombos para que nós possamos conhecer e acessar os recursos. Outra sugestão é que tenha formação de ensino tradicional nas escolas para as crianças da comunidade. Dentro da comunidade Quilombola existem professores que são aptos para formarem as crianças, então é preciso somente oferecer a oportunidade. Em resposta, a Secult declarou que está iniciando a parceria para realizar busca ativa nos territórios, afim de divulgar e capacitar, pois por mais seja desejo da Secult simplificar o processo, é algo complexo. E a Secult já possui um histórico de atividades como essas. E com os recursos da PNAB, há 20% que serão destinados às comunidades de povos tradicionais etc. Ainda está na fase de organização da operacionalização, mas possivelmente serão utilizados os mecanismos que já atendem as comunidades. Então é importante que as Comunidades se manifestem durante as escutas e audiências públicas para que as demandas sejam atendidas.

Jurema, de Conceição da Barra, disse que já foi contemplada em editais estaduais e municipais com diversos projetos, e recentemente através do edital de Mestres da Cultura tradicional pela Secult. Diz ser uma pessoa que sempre buscou referir referência dos ancestrais, e seu trabalho é ensinar sobre as plantas medicinais nas escolas, pois sem saúde não há como realizar as manifestações culturais. Ela cita que atualmente nas escolas não se pode falar de cultura, apesar de outras questões serem de fácil acesso no ambiente escolar. E em uma cidade cultural como Conceição da Barra, que os nativos já nascem em berço cultural, não é possível que nas escolas não pode se falar de cultura. Então porque não entrar no currículo escolar? Antigamente, mestres ensinavam nos colégios sobre o Jongo, e isso acabou. As pessoas do Quilombo de Santana, do Mearim, são atendidas por ela, e ela ressalta que se a população não lutar pela cultura, ela terá fim. Ela declara que viu um vídeo de uma senhora ensinando as netas fazer o beiju, e achou muito bonito, declarando que a

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



tradição precisa continuar. Disse ainda que as empresas ao redor do município têm por obrigação de investir na cultura da cidade, na realização de festas e da promoção da cultura local. Então deixa como sugestão que as escolas permitam que pelo menos os filhos de cristão católicos tenham esse ensino. Em resposta, foi declarado que a relação da cultura popular e educação merecem atenção especial do governo do estado, principalmente, neste momento de formação do PAAR. E isso será considerado e organizado para ser apresentado ao Secretário de Estado da Educação, pois de fato é um conhecimento importante de ser mantido e passado entre gerações.

Adilson Vasconcelos, Secretário de Cultura de Conceição da Barra, declarou que em relação a valorização cultural nas escolas a Secretaria Municipal tem essa consciência e estão buscando consolidar isso, exemplificou ainda, dizendo que o filho aprendeu a gostar e exercitar nas escolas sobre a cultura local. Em conjunto com a Secult, estão buscando maneiras de apoiar as festividades culturais, em conjunto com empresas como a Suzano, por exemplo. Referente a Lei Paulo Gustavo, ele acredita que seja uma situação comum ao Estado, pois planeja-se a distribuição dos recursos, vários grupos da cidade participam do certame, porém muitos não conseguem ser contemplados. Então, espera-se que futuramente seja possível atender a todos. Agradeceu a Secult pelos projetos contemplados, pois foi difícil conquistar em tempo hábil, e a prefeitura contou com o interesse da equipe local e da Secult em ajudar. Conta com o apoio da Secult para juntos preencherem as lacunas deixadas através das contemplações dos editais. Foi respondido que com o Programa Fundo a Fundo Patrimônio, a Secult estará aberta a conversar sobre as novas obras da cidade.

Ana Luiza, Conceição da Barra, disse que estava acompanhada pelo pai e perguntou se tem algum canal que fale sobre os projetos, pois a população periférica não tem acesso. Seu contato com o setor cultural se deu aos 10 anos, quando o município oferecia Capoeira, Jongo, mas atualmente no bairro não tem. Então deseja saber os meios de conhecer mais sobre a cultura e seus acessos. E sugerir ao poder público em ir aos bairros menos assistidos para conhecer a realidade e fazer uma fiscalização de perto, afim de saber se o conhecimento está chegando à população dos bairros menos assistidos. Em resposta, a Secult disse que trata-se de um grande desafio, pois o Brasil é um país muito desigual, em que os bens e recursos são cruéis. E ações como as dos Pontos de Cultura, que são de ações de base comunitária, foram descontinuadas ao longo dos anos. Então acredita-se que essa política consiga suprir parte dessa questão.

Didito Camillo, de Conceição da Barra, perguntou se os seis CEUs da Cultura que serão oferecidos pelo Governo do Estado serão dentro desse valor para este ano? E se nas próximas edições esses 6 serão contemplados novamente? Em resposta a Secult disse que a Lei sofreu uma alteração que determinou que parte desse recurso fosse destinado ao CEUs da Cultura. Então 20% deverão ser destinados à construção e manutenção desses CEUs da Cultura. Porém neste

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



primeiro ano não haverá, por falta de tempo hábil, pois como envolvem várias licitações, requer tempo e dedicação, deste modo foi proposto pelo Minc, que no próximo ano serão 40% para compensar a não realização desse ano. Tudo seguirá um padrão do programa, a aplicação, arquitetura etc. A PNCV também seguirá o padrão do MinC.

Uma pessoa não identificada, perguntou sobre o edital de manutenção dos espaços culturais oferecido pelo Funcultura, através da Lei Paulo Gustavo e foi exigido dois anos de experiência de atuação. Na PNAB existe a possibilidade de oferecer um edital para a criação de espaço cultural? Em resposta, a Secult declarou que a questão dos dois anos, foi uma métrica medida para ver a presença dos agentes culturais no território, mesma medida que usados para os coletivos. Para criação de novos espaços, a Secult declarou a possibilidade de estudar a viabilidade. Declarou ainda que existe um tópico da lei para manutenção dos espaços culturais existentes se manterem.

Daniela, Conceição da Barra, agradeceu o comparecimento dos fazedores de cultura, declarando que não existe a cultura sem os fazedores. Disse ainda que o cadastro municipal de cultura fica aberto o ano todo para o mapeamento dos espaços e agentes culturais. Através da PNAB identificou-se a necessidade dessa busca, deste modo continuarão com este programa de busca ativa. O PAAR do município ainda será construído através da escuta pública disponível, que também é possível preencher de forma presencial na Secretaria, sendo então em parceria com os gestores municipais, Conselho Municipal de Cultura e a sociedade civil.

Duda declarou que estão abertos a sugestões, sabendo que existem muitas demandas a serem atendidas, e apesar de muitos anos de tradição cultural, o município ainda está no início, mas sabe-se da importância, e por isso estão começamos a institucionalizar a cultura. Atualmente o município conta com Conselho Municipal de Cultura, Fundo a Fundo, e Plano Municipal de Cultura, então o dever de casa está sendo realizado.

Sérgio, de Conceição da Barra, declarou que em relação a fiscalização dos recursos públicos, existe as informações no site para que a sociedade civil consulte e também pergunte sobre os contemplados. Há uma demanda uma reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, então é importante que a sociedade civil entenda as dificuldades. Sobre a Política Nacional Cultura Viva, com poucos recursos fica difícil distribuir. E outra questão importante é chegar aos locais que ainda não possuem acesso à internet, então é algo que está sendo tratado aos poucos, para que não ocorre de sempre os mesmos acessarem os recursos. Sem a organização da sociedade civil não há cobrança ao poder público. Sérgio convidou aos jovens que participem do Conselho Municipal de Cultura, pois se não há participação da sociedade civil, as decisões se concentram no poder público.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a reunião foi encerrada, com os agradecimentos do Secretário Municipal de Cultura, do Secretário Municipal de Cultura e da Subsecretária Carolina Ruas, na expectativa de continuidade dos esforços para fomentar a cultura nos municípios presentes.



Fotos: Comunicação Secult ES

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIDADE E PLURALIDADE

## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 22 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo deu seguimento ao ciclo de realizações do 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, no município de Cariacica, contemplando a região Metropolitana da Grande Vitória. Estavam presentes representantes dos municípios de Cariacica, Vila Velha, Serra, Viana e Domingos Martins, com o total de 28 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido da fala do Secretário Municipal de Cultura de Cariacica Denilson Oliveira. Posteriormente, ocorreram as apresentações do Secretário de Estado da Cultura Fabrício Noronha e da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas, ambos representando a Secult.

O Secretário Fabrício Noronha e a Subsecretária Carolina Ruas fizeram a apresentação sobre a Política Nacional Aldir Blanc, iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a Gestora Thais Souto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Paulo Henrique, de Cariacica, elogiou a apresentação da Secult e ressaltou a importância, e disse que se o modelo apresentado pelo estado chegar ao município com a mesma dinâmica dará certo. Ele também declara que é preciso políticas que fortaleçam os Conselhos Municipais de Cultura, pois encontra-se dificuldade em reunir os membros, em participar do planejamento e elaboração das propostas municipais. Os conselheiros acabam contribuindo pouco, por falta de política que ofereça uma estrutura aos Conselhos Municipais. Em resposta, a Secult declarou que o Conselho Estadual de Cultura, dentro da lógica de acompanhamento, é a formação de Comissão de Monitoramento, de

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



composição mista, sendo sociedade civil e conselheiros estaduais, de diversas regiões do Espírito Santo, justamente por conta dos deslocamentos, afim de atender de perto cada especificidade. As outras vezes que fizemos desta forma funcionou, e é fundamental, principalmente no sentido da informação, pois essa Comissão tem participação social, no sentido de nos informar sobre os gargalos para que tenhamos uma ação ágil e efetiva. Ainda foi ressaltado que, a lei traz o investimento dos elementos do Sistema Nacional de Cultura, como o Plano de Cultura e Conferência, então é pensar em uma ação que inclua o Sistema Nacional de Cultura. Inclusive no CEC, atualmente há uma discussão sobre a viabilidade de pagamento de Jetons, uma espécie de bolsas para os Conselheiros atuarem.

Tulio e Aline, de Vila Velha, disseram que há previsão de encaminhar os editais em uma fase prévia. E perguntaram se com o Mapa Cultural, os editais já serão encaminhados para o MinC ou ainda é preciso encaminhar de forma manual? Pois na Aldir Blanc 1, os editais foram encaminhados junto com a prestação de contas. Foi respondido que em uma das ações do Mapa Cultural, foi lançada a possibilidade de que o Mapa pudesse ter uma comunicação com algum instrumento do MinC, e foi aventado que pudesse ter uma possibilidade de acontecer futuramente, e que fosse algo mais automático, pois ficaria mais prático no dia a dia. Mas atualmente o PAAR deve ser encaminhado pelo Transferegov, junto com os demais materiais da consulta, das audiências públicas, de tudo o que foi feito. Em outro momento pede os editais publicados. O mapa cultural não comunica com o Transferegov, apesar de ser uma plataforma pública. É uma possibilidade futura. Em 2016 esse programa foi descontinuado, então agora com a retomada, o MinC quer voltar com o projeto em uma integração dos sistemas, e usará o Mapa Cultural como ponto de partida. Atualmente o MinC está se reorganizando, mas futuramente o desejo é que tudo esteja integrado. Então é importante que os municípios estejam integrados, para que no futuro eles vejam os municípios e estados estruturados, e que seja algo realizado de forma mais orgânica, simplificada. Mas no momento tem essas duas versões.

Francislei, de Cariacica, disse que o PAAR foi liberado mês passado, e as minutas dos editais do Minc ainda não foram disponibilizados. E ter acesso a esses modelos em cima da hora é ruim para a administração municipal. É conhecida a informação de que poderá publicar os editais mesmo em período eleitoral, mas gostaria de saber se há alguma previsão de prorrogação de prazo de envio do PAAR? Declarou também que no dia anterior seria encerrado o cadastro artístico do município, e que a partir do dia 27 rodariam as 14 microrregiões do município de Cariacica, com a ação “Circula Cariacica”, para dialogar com os agentes culturais do município para capacitação das políticas. Em resposta, foi declarado que ainda não há nada oficial quanto a prorrogação.

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Então é preciso seguir as orientações. Sabe ainda que as orientações dos editais pode ser um gargalo, mas que será bom para uniformizar os editais publicados.

Wellington, de Serra, disse que o município possuía uma biblioteca móvel, que rodava os bairros de Serra, mas hoje não está mais em funcionamento. Atualmente possuem um ônibus parado, e querem utiliza-lo para algum fim cultural. Deste modo, gostariam de saber se podem utilizá-lo como um Ponto de Cultura? A resposta foi que, como ação do município pode, pode ser proposta a ideia no Conselho Municipal de Culturas, nas Escutas Públicas, porém ele não pode ser um Ponto de Cultura, pois o que vai caracterizar o Ponto de Cultura, é por ser uma iniciativa da sociedade civil, deste modo tem que vir de coletivos, de entidades, o poder público não pode criar Pontos de Cultura. Também foi declarado que o estado está prevendo o Move CEU, tratando-se de ônibus itinerante, que rodará todo estado levando a cultura.

André, de Cariacica, disse que enquanto fazedor de cultura, a ideia é semear, para se perpetuar. Disse que a Secult trouxe editais para jovens de 18 anos, como o “Meu Primeiro Edital”, mas existem obstáculos que impedem de o edital chegar nas comunidades. Então para que não sejam as mesmas pessoas a acessar, qual seria a ação da Secult para isso mudar? Além da acessibilidade habitual, como poderia ser essa desburocratização de falas formais? Eles entendem que essa fala é para impedir o acesso de todos. Declarou ainda que muitas pessoas incentivam a participação, começam um acompanhamento e não finalizam, como por exemplo na parte de prestação de contas. Ele ainda deixou a sugestão de se fazer uma formação continuada, algo que seja acessível nos conteúdos para que a comunidade periférica também participe, pois há muitos oportunistas. Disse ainda, que no Diário Oficial saem muitas informações benéficas para a sociedade, mas que não é usual o acesso pelas comunidades. Foi respondido que há legislações, forma de acesso, que não se preocupam com as formas de cultura, de acesso. Então contratar um grupo de rap ou pavimentar uma via, são usadas as mesmas legislações, porém sabe-se que são parâmetros são diversos. O Marco Regulatório da Cultura, é um grande esforço nesse sentido, trata-se de lei federal que visa trazer as especificidades da cultura para uma legislação que consiga entender a cultura, em relação a prestação de contas e ao acesso. Há desejo de flexibilizar, mas também há um teto. Então os editais e ações da Secult, por exemplo, passam por uma Procuradoria Geral do Estado, e eles dizem que precisam de documentos específicos, e por mais que a Secult saiba que muitas vezes as pessoas não conseguirão atender a tais exigências. Nos dados internos da Secult, percebe-se uma ampliação de acesso, partindo de uma perspectiva histórica, no Mapa Cultural tem-se mais de 18 mil cadastros, por exemplo. Esse é um tema ocupa os gestores da Secult, e mesmo com avanços, é de notório saber que se pode avançar mais, sobretudo com a Lei do Marco Regulatório. Foi ressaltado ainda que o edital é uma das formas de acesso aos recursos, existindo outras. E se há muita facilidade no acesso, pode

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



facilitar para oportunistas também. Então é preciso pensar em outras vertentes, como por exemplo, nos ônibus culturais, nos CRJ's, para que os agentes culturais sejam oficinairos, palestrantes, entre outros. É função da Secult que a Política Pública seja acessível. A cultura é um serviço para a população. Muitas vezes a população só quer participar, só quer realizar uma oficina, ter acesso a um filme, a um show, a uma batalha, quer recursos, veículos, e a PNAB abrange tudo isso, trazendo vários projetos. Foi declarado também que outro gargalo intenso é a formação cultural, então é preciso pensar em políticas benéficas para toda sociedade, não só para o agente cultural.

Guilherme, de Cariacica, disse que o artista tem pouca participação nas audiências públicas, e isso será pauta no Conselho Municipal de Cultura, lugar das pessoas que declaram o não acesso as políticas culturais. Pois será um lugar para discutir-se sobre as propostas. Então sugeriu-se que sejam convidados os artistas de todas as realidades e esferas sociais a participar do Conselho Municipal de Cultura, para juntos discutirem o que obrigatoriamente estará no planejamento, pois o que for determinado no Conselho, o município acolherá e aplicará como política pública. Então é preciso ocupar os Conselhos Municipais, que estão ausentes de artistas, principalmente dos moradores de periferia, que acreditam que o Conselho não é lugar para eles.

Ricardo Amaro, de Cariacica, declarou ser professor de teatro, que formou muitos atores, deste modo, se preocupa com a formação de artistas. Observa-se que não há continuidade, não há crianças e jovens, e as pessoas estão envelhecendo. Contou que no bairro Castelo Branco, em Cariacica, ele montou uma Companhia de Teatro, e que no intervalo ele oferecia lanche para os participantes, com os próprios recursos, e que essa ação tornou-se rotineira, e ele se sentia na obrigação de fazer isso em todos os encontros, para todos os alunos. Deste modo, sugeriu que tenha uma formação para artistas, com bolsa para os alunos, que ofereça um estímulo, como uma bolsa, um certificado, um transporte, um lanche. Ressaltou ainda que certa vez apresentou uma mostra de teatro e tinha 10 pessoas, e sabe-se que não é culpa do artista, mas sim por falta de artistas formados, que apresente interesse em participar desses momentos. Em resposta a Secult declarou que possui um projeto chamado Trilhas da Cultura com esse formato, oferecendo 700 bolsas e formações, por ano. Porém há uma capacidade limitada em operacionalizar a ação. Sabe-se que as áreas são muito maiores, deste modo, é preciso olhar para as instituições de ensino, para que elas também assumam essa conta de formação. O estado vai fazer acontecer, mas existe uma limitação. Então é preciso pensar, por exemplo, em um curso no Senac, na FAFI, em uma universidade. O ponto da formação é algo que ocupa a Secult, para ter de fato uma ação robusta em todas as áreas culturais. Existe o HUB no Centro de Vitória e boas partes das capacitações são em torno dessas atividades aqui citadas. Então são ações que precisam do apoio

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



dos municípios também. O Trilhas da Cultura, pela Lei Paulo Gustavo será lançado em breve, e tem toda essa premissa, de bolsa e formação para os alunos. Então agora é a hora de aproveitar o horizonte de recursos a longo prazo, e pensar em estratégias a longo prazo. E mesmo que não se forme profissionais, se formarão plateias, pessoas interessadas em consumir os conteúdos culturais.

Tina Moreira, de Cariacica, declarou dúvida se as formações seriam para os profissionais da Cultura ou se seriam dos próprios profissionais como oficinairos, ensinando transmitindo as informações para a população? Pois a LICC é uma oportunidade para todos os fazedores culturais incluírem seus projetos de formação para os cidadãos, através da cultura. Por isso é importante participar das reuniões do Conselho Municipal de Cultura, das Escutas Públicas. Tem-se o costume de cobrar, mas não de participar ativamente, pois se o artista participa dos Conselhos Municipais, por exemplo, por ele ser deliberativo, são apresentadas tais questões ao poder público, para que elas sejam trabalhadas.

Emerson, de Cariacica, declarou que os artistas precisam conhecer mais as oportunidades, pois precisam de entregar a cultura para a sociedade, mas precisam procurar os órgãos e conhecer o sistema, visando a formação. A sugestão que deixa é dar mais visibilidade as informações em relação aos editais culturais, por exemplo, explicar sobre cada documento cobrado.

Francislei, de Cariacica, disse que em relação a formação básica, a Secretaria Municipal de Cultura realizou no ato de assinatura da Lei Paulo Gustavo, o passo a passo com os artistas presentes, e que a partir disso, essas atividades serão rotineiras. Porém, ressaltou que a cultura é muito ampla e a decisão do poder público se baseia no que a sociedade civil diz, e isso se dá através das Escutas Públicas, dos 5% dos custos para operacionalização das políticas, dos formulários preenchidos. Então é importante a participação da sociedade civil. A Secretaria rodará as 14 microrregiões do município para formar cidadãos e estarão abertos todos os dias para receber os artistas para dialogar sobre as políticas culturais.

Adriana, de Cariacica, declarou que é importante abraçar o que foi dito e identificar o gargalo do município, pois a necessidade de apoio é fundamental. Os 5% dos custos para operacionalização das políticas precisam de ser utilizados para ir até as regiões menos assistidas para formar e capacitar as pessoas. E além disso, cobrar dos fazedores culturais mais antigo a não participação nas reuniões. É necessário buscar os jovens e as pessoas da cultura que não estão sendo assistidas. As pessoas acham o processo muito burocrático e declaram nunca ter visto acessibilidade. Então é preciso investir na capacitação das pessoas de forma intensa, de forma que a sociedade colabore com a Secretaria Municipal de Cultura.

Hudson Braga, de Cariacica, declarou ser entusiastas, e bairrista ao extremo e sua angústia se dá principalmente quando era gestor, e via a ausência de quem

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



mais se beneficiava dos editais. Pode ser por muitos fatores, como agenda, mas é preciso se manifestar. Sua sugestão é que se abra a possibilidade, pois com a desconstrução do artista cultural, é preciso de um movimento mais incisivo para plantar institucionalmente mostrar a importância do artista. Nem os próprios artistas se prestigiam. É preciso recolocar a importância do artista cultural, publicizar os espaços culturais, para que todos tenham ciência de que podem acessar, que muitos são gratuitos. Em resposta a Secult citou sobre o ataque à cultura de maneira prioritária, como por exemplo, na Lei Rouanet. Então, a desconstrução sobre isso é um desafio, e o estado lançará uma campanha no sentido da valorização da cultura como um todo.

André Vieira, de Cariacica, declarou que acredita que a linguagem de todos os presentes sejam as mesmas, a percepção não. Ressalta sobre o problema da comunicação, visto que ela não chega aonde deveria chegar. Declarou ainda que o site é um meio que deixou de ser usual, e é preciso atualizar as visões, se adaptar. Apesar de muito respeito pelos artistas mais antigos, é preciso que os jovens ocupem esses espaços também, e questionou sobre como o poder público tem falado com os jovens? Por vezes é visto que somente os próprios interesses são valorizados, mas hoje o cenário é outro. O mesmo disse que é músico formado pela FAMES, e que as coisas não são fáceis, e muitas vezes quem está ocupando uma Secretaria de Cultura, uma UFES, não entende as especificidades de quem está nas comunidades, por isso é necessário ocupar as periferias, saindo da zona de conforto. A Secult declarou que isso é um desafio do mundo contemporâneo, de falarmos uns com os outros. É preciso atualizar-se e encarar esse desafio com o entendimento de que o desenho do estado, do município, tem um tempo mais longo para essas atualizações. Por mais que exista um rito, em um formato que nem as pessoas que ocupam as repartições públicas entendem, é mesmo um desafio. Hoje discute-se as novas formas de se comunicar, os novos hábitos de fazer cultural, o público mudou, a forma de acessar mudou, e é necessário entender o novo público e o que ele traz. E esse é o sentido da escuta ativa, é entender o que a sociedade está dizendo sobre isso. A arte sempre foi desse campo, que vem do gueto, e se está havendo afastamento, é preciso voltar e se reconectar a base, pois de lá que vieram os movimentos culturais mais fortes. Também é importante entender que os públicos são diversos e se faz preciso compreender isso, pois é corriqueiro fazer-se a Política Pública como uma coisa só, porém o público é diverso. É preciso ter política que pense em quem está nas periferias, é preciso pensar na formação de plateia, ter conexão com as escolas, com as comunidades. E se o site não funciona para determinada população é comunicar através da bicicletinha. Cultura é o que se faz junto, então se é desejo de todos encontrar esse lugar, é preciso caminhar juntos, criando e realizando. Hoje há um programa de digitalização de acervos culturais na Secult chamado MEDIATECA, que cuida do acervo cultural de todo estado, pois é dever do Estado preservar. E um dos braços desse programa é um projeto com jovens do ensino médio, que

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
CULTURA E IDENTIDADES

são bolsistas, e uma das coisas propostas por eles, é que os espaços culturais sejam mais acessíveis a essas pessoas que não estão incluídas nesses espaços culturais. E isso tem relação com o acolhimento do espaço, do mediador que está apresentando a obra, analisando elementos como, a forma como a pessoa está vestindo, como ele é tratado, e dizer qual o espaço ele acha que deve estar. Encerrando, foi declarado ainda que se tratam de políticas de 5 anos para formar artistas, e tem que está disponível para todos, com ações diversas, que pensem em figuras que estão distantes.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a audiência pública foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes.



Fotos: Comunicação Secult ES



Fotos: Comunicação Secult ES

## Ata de Audiência Pública

### Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva

No dia 27 de maio de 2024, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo realizou a última audiência pública do ciclo de realizações do 5ª Edição do Gabinete Itinerante da Cultura, no município de Nova Venécia, contemplando a região Centro Norte. Estavam presentes representantes dos municípios de Nova Venécia, Colatina, Linhares, Vila Pavão, Alto Rio Novo, Vila Valério, Governador Lindenberg e São Domingos do Norte, com o total de 31 participantes, dividindo-se em gestores municipais de cultura e áreas relacionadas e membros da sociedade civil.

A audiência pública foi aberta com a fala do Gestor Vinicius Fábio, seguido das apresentações da Subsecretária de Políticas Culturais Carolina Ruas e da Subsecretária de Fomento e Incentivo a Cultura Maria Thereza Bosi, ambas representando a Secult.

A Subsecretária Carolina Ruas fez a apresentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) iniciando com um breve histórico, o investimento destinado ao Estado do Espírito Santo e seus municípios, as possibilidades de aplicação dos recursos, os aspectos importantes que implicarão diretamente na aplicação dos recursos, brevemente sobre a Política Nacional Cultura Viva, o planejamento, a estrutura interna da Secult mobilizada para aplicação da política, as premissas, diretrizes gerais, e o calendário de escutas.

Em sequência a assessora técnica Ana Beatriz Moreto fez a apresentação da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), iniciando com um breve histórico, a importância do investimento da PNAB na PNCV, o investimento, distribuição dos recursos, Termo de Compromisso Cultural, as possibilidades de acesso aos recursos, as regras gerais, a formatação dos editais, e a estrutura de apoio interna da Secult à sociedade civil e gestores municipais.

Após a explicação das políticas, foi aberto o espaço para perguntas e contribuições dos participantes, para que as representantes da Secult pudessem responder.

Ademir, de Governador Lindenberg, falou que já possui os recursos da PNAB de 203 e de 2024, e está na dúvida se já executa pensando nos dois orçamentos? E como seria a divisão do recurso? Pode fazer o Edital, por exemplo? Em resposta, o prazo por enquanto é 31/05. Sobre o tramite do PAAR, é preciso realizar audiências públicas, com registros em ata, publicar do DIO, e encaminhar ao MinC as comprovações, para comprovar que seu planejamento foi definido conforme a demanda do território. A PNAB é um recurso aberto, então é preciso destinar 20% para a população marginalizada e vulnerável. Em relação aos recursos, para cada ano de recurso será necessário um planejamento, neste caso, um envio de PAAR.

Nágila, Linhares, declarou que existem Pontos de Cultura que ainda não foram reconhecidos pelo MinC, e como fazer, neste caso, para lançar linhas de fomento para Pontos de Cultura reconhecidos e para Pontos de Cultura não

reconhecidos? Em resposta foi dito que os Editais destinados aos Pontos de Cultura, dentro da PNCV serão padronizados pelo MinC, deste modo, acreditamos que não seja viável a criação de linhas para este edital. Ainda não se tem instrução normativa de que os Pontos serão reconhecidos pelo MinC. Ainda estão sendo discutidos sobre possibilidades de certificação através dos municípios e estados. O fundamental é que temos que executar exatamente o que o MinC determinar. Agora é hora de conversar com os Pontos de Cultura para entender as necessidades específicas.

Vivian, de Vila Pavão, perguntou como o estado pensa em distribuir os 10% destinados ao Cultura Viva? Vila Pavão é um município com menos de 9 mil habitantes, 14 grupos culturais, e receberá R\$ 272.000,00 por ano, o que não é suficiente para atender a todos. Foi pedido que o estado pensasse em uma forma de remanejar as sobras de verbas para o município para que a potência cultural de Vila Pavão seja reconhecida.

Marcia, São Domingo do Norte, declarou que já fez Consulta Pública com o Conselho Municipal e a população, registrando em ata, e já fizeram o PAAR, deste modo, querem saber quando receberão o retorno do Governo Federal? Só podemos executar com o retorno do MinC? Não teremos a aplicação da Política Nacional Cultura Viva de São Domingos não vai receber, visto que o valor é pequeno, mas pedimos que a Secult se lembre dos municípios pequenos ao realizar as ações da PNAB e PNCV. Foi respondido que ainda não se sabe, mas será divulgado no Painel da PNAB, no site do Governo Federal. Em relação aos recursos, são poucos, mas existem os recursos complementares, então é interessante propor ao Estado, para que as ações sejam realizadas em conjunto.

Carlioni, de Nova Venécia, declarou que o município não tem nenhum Ponto de Cultura registrado, e para isso acontecer como é realizado? Por meio de editais? Foi respondido que com os editais destinados aos Pontos de Cultura é preciso aproveitar para certificar os Pontos de Cultura que ainda não foram reconhecidos. O CEU da Cultura é somente para o Estado ou o município também pode se cadastrar? Em resposta, o município pode incentivar que os Pontos de Cultura se regularizem. O CEU da Cultura é somente para o Estado.

Luciana, Barra de São Francisco, declarou que tem apenas 20 dias na gestão, então precisa entender muita coisa. E uma das perguntas foram sobre o que são as ações afirmativas? E a aplicação dos 20% para povos menos assistidos? Ela disse que participou de um processo de tombamento de imóvel na prefeitura de Vila Pavão, e foi dito que eles precisavam de 2 anos. Os recursos da PNAB podem ser destinados para obras? Atualmente a biblioteca está na própria Secretaria, e não existe ainda a Secretaria de Turismo, então está tudo em processo. É possível usar recursos para fomentar essa área. O que vocês sugerem para formalizar o PAAR? Uma audiência é suficiente? Foi respondido que sendo um espaço cultural é possível utilizar, mas é preciso pensar com estratégia, entender a relevância e fazer o processo de convencimento. Em relação as ações afirmativas, pode ter um edital só para esse grupo. Os 20% são para as áreas periféricas, para os territórios que não necessariamente são pessoas de grupos étnicos desfavorecidos, mas na maioria dos casos, são

questões que vão se cruzar. Tem que analisar a realidade do município, e ter um foco no território o outro foco nas pessoas que receberão os recursos.

Wenderson, de Nova Venécia, perguntou se este prazo de 31/05, tem que ser publicado e divulgado o resultado da escuta? Precisa de ser presencial ou pode ser online? E como construiria a ata nesse caso? Caso o valor que o município receba não contemple todas as classes da cultura, o saldo remanescente será devolvido ou poderá publicar o edital novamente até contemplar? Deste valor destinado ao município pode realizar obra? Os fazedores culturais questionam que o recurso não chega para todos, tendo em vista o valor destinado ao município. Foi respondido que é preciso um consenso, desde que seja um equipamento cultural, ele pode ser objeto e o recurso pode ser direcionado para isso, com ressalvas, pois a lei diz que 20% devem ser destinados as regiões periféricas.

Leonardo, de Nova Venécia, declarou que abriu um edital de cultura digital, e ele fez um jogo baseado na história da capoeira do Espírito Santo, e o MinC selecionou para ir à Argentina. Após um tempo o jogo saiu do ar por problemas técnicos. Leonardo declarou que sente falta de uma ação continuada, de contratar pessoas, fazer uma seleção, e neste momento ele não tem condições. E agora com essa reserva de vaga, ele quer saber da possibilidade de fazer uma capacitação para a sociedade civil. E todos os editais que são publicados tem duração de 1 ano, o que precisaria de mais tempo para executar. Em resposta a Secult disse que ainda não se sabe, mas que estão tentando pensar em ações continuadas. No audiovisual, por exemplo, foram executadas o Edital de Núcleos Criativos. Trata-se de um edital que propõe uma carteira de projetos que serão desenvolvidos, eles montarão um núcleo e desenvolverão os projetos. A Secult está testando, aprendendo como é melhor.

Willian, de Fundão, sugeriu cotas por região, pois o que vem sendo praticado não é acessível aos artistas da ponta. Além disso, declarou sentir falha do estado de investimentos nos espaços culturais nessa região. O estado precisa de ter uma iniciativa de investimento no município de Fundão. Em resposta foi dito que com essa nova manifestação serão pensados em novos recortes de cotas para os editais, pois o utilizado sempre funcionou, conforme os dados obtidos do Mapa Cultural.

Genilda, ao ser citado sobre o subsidio e manutenção de espaços culturais, seriam para os espaços públicos ou privados? Em resposta a lei traz que é possível destinar recursos para obras e reformas em equipamentos culturais, sejam eles espaços públicos e privados. E a parte do subsídio é outra coisa. Foi sugerido contato com MinC.

Nágila, Linhares, perguntou em relação ao saldo remanescente da Lei Paulo Gustavo, pode juntar com os recursos da Política Nacional Cultura Viva? Em resposta, a Secult informou que depende da estrutura administrativa do município. Mas por serem regras diferentes talvez não seja viável.

Uma pessoa não identificada perguntou se os juros advindos do saldo do recurso podem ser utilizados? A resposta foi que é preciso solicitar uma autorização do

# Política Nacional Aldir Blanc



Funcultura



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



MinC, por e-mail, para utilizar o saldo remanescente advindo do rendimento do valor da PNAB.

Não havendo mais perguntas e contribuições por parte dos presentes, a audiência pública foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes.



Fotos: Comunicação Secult ES